



Simulado Especial

# TCE PE

**Cargo: Auditor de Controle Externo -**

**Auditoria de Contas Públicas – Pós-Edital**

# Simulado

## Simulado Especial TCE-PE (Auditor de Controle Externo - Auditoria de Contas Públicas)

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-PE**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Auditoria de Contas Públicas**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

### PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/9x3TeUJtE7HXfnV76>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

## **SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES**

*Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!*

<https://coruja.page.link/1Zmt>

**MÓDULO I**  
**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***1. Leia o texto a seguir.**

*No campo das Ciências Biológicas, é de fundamental importância a relação da teoria e prática, em que muitas vezes prevalece a teoria como referência na escolha da metodologia de ensino, deixando de lado a prática no processo ensino-aprendizagem.*

Sobre a significação e a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- a) Exemplifica um texto explicativo, que mostra a relação entre teoria e prática no ensino das Ciências Biológicas.
- b) As relações lógicas entre as frases do texto mostram a prioridade das relações causa/consequência.
- c) Trata-se de um texto argumentativo, em que o autor defende a importância da integração entre teoria e prática no ensino das Ciências Biológicas.
- d) O objetivo central do texto é instruir ou ensinar, daí que sua linguagem seja simples, com vocabulário corrente.
- e) Mostra um texto narrativo, com uma sucessão de etapas de experiência de ensino, com início, meio e fim.

**2. Assinale a frase em que a palavra destacada está empregada em sentido figurado.**

- a) Nossos avós, imigrantes europeus do início do século XX, **aportaram** no Brasil com o sentimento de cidadania plenamente desenvolvido.
- b) A **âncora** social consiste em ler, valorizar os intelectuais, o trabalho e a seriedade.
- c) Minha mãe ironiza as irmãs quando elas se **empetecam** para ir aos bailes!

d) Interagia com rapazes e moças do interior que mantinham os **valores** do trabalho.

e) No interior convivemos com o prefeito e com o lixeiro e se percebem grandes e pequenos homens tanto entre os poderosos quanto entre os **humildes**.

**3. As preposições podem ser nacionais. Assinale a frase a seguir em que a preposição COM tem valor nacional e não gramatical.**

- a) A diretora implicou com os alunos atrasados, exigindo mais pontualidade.
- b) O estudante se preocupou com o resultado da prova.
- c) Eles viajaram com pouca bagagem para facilitar o deslocamento.
- d) Sempre sonhamos com dias mais tranquilos no trabalho.
- e) O autor concordou com as alterações feitas no texto final.

**4. Entre as frases a seguir, assinale aquela que mostra o acento grave indicativo da crase num contexto em que seu uso é optativo.**

- a) O palestrante referiu-se à conferência anterior com entusiasmo e precisão.
- b) Os diretores compareceram à reunião com propostas claras e objetivas.
- c) A proposta foi entregue à direção antes do prazo estipulado.
- d) A candidata recorreu à instância superior para reverter a decisão.
- e) O documento foi entregue à sua supervisora, conforme solicitado.

**5.** Assinale a opção em que a substituição da oração adjetiva por um adjetivo foi feita de forma adequada.

- a) Os projetos que foram aprovados pelo comitê receberam verba extra. / apropriados.
- b) A aluna que demonstra grande dedicação foi homenageada na cerimônia. / empenhada.
- c) Contratamos um profissional que tem experiência internacional para liderar o setor. / internacional.
- d) O documento que está assinado pelo diretor deve ser arquivado. / diretor.
- e) A atitude que causou desconforto aos colegas foi repreendida. / repreensível.

**6.** As frases a seguir mostram a presença de vírgulas. Assinale aquela em que a justificativa para essa presença se mostra adequada.

- a) Antes da divulgação oficial, os dados foram analisados por uma equipe especializada. / separar o vocativo.
- b) Concluído o relatório, a gerente apresentou os resultados ao conselho. / separar oração anteposta.
- c) Os resultados do estudo, que foi publicado recentemente, surpreenderam os avaliadores. / presença de aposto.
- d) A decisão da comissão técnica, rápida e unanimemente, foi acatada. / isolar termos explicativos.
- e) Após o encontro matinal, os gestores reuniram-se novamente para revisar os pontos pendentes. / separar elementos externos inseridos na frase.

## ESTATÍSTICA

*Carlos Henrique*

**7.** Corujinha, uma diligente servidora pública do TCE-PE, realizou um estudo entre a relação do número de horas trabalhadas pelos auditores (x) e o número de processos analisados incorretamente (y). Corujinha descobriu que o coeficiente de correlação linear de Pearson das duas variáveis é 0,4, enquanto que os desvios padrões das variáveis x e y são, respectivamente, 2 e 5. Logo, podemos concluir que a variância da diferença entre as variáveis x e y é:

- a) 21
- b) 31
- c) 41
- d) 51
- e) 61

**8.** Sejam X e Y dois eventos associados a um experimento aleatório. Sabe-se que  $P(X) = 0,4$  e  $P(Y) = 0,5$ . Marque a opção correta:

- a) Se X e Y forem eventos mutuamente exclusivos, então  $P(X \cup Y) = 70\%$
- b) Se X e Y forem eventos independentes, então  $P(X \cup Y) = 70\%$
- c)  $10\% \leq P(X \cap Y) \leq 40\%$
- d) Se X e Y forem eventos mutuamente exclusivos, então  $P(X \cap Y) = 20\%$
- e) Se X e Y forem eventos independentes, então  $P(X \cap Y) = 0\%$

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***Elisabete Moreira*

**9.** O processo de elaboração de políticas públicas, também conhecido como ciclo de política pública, é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes, cujas fronteiras não são nítidas. Acerca do ciclo de políticas públicas, é correto afirmar:

- a) É uma ferramenta analítica que não permite uma análise em separado das várias fases, tendo em vista suas interdependências.
- b) Sua elaboração reflete a real dinâmica e a vida de uma política pública.
- c) As decisões acontecem somente na fase de tomada de decisão, na qual os decisores escolhem a melhor alternativa.
- d) A identificação do problema pode estar mais relacionada ao fim do processo do que ao início.
- e) A fase de avaliação ocorre depois do escrutínio do problema.

**10.** Na gestão pública contemporânea, há uma tendência de que ações do Estado sejam realizadas em rede, o que fez nascer o conceito de governança pública, que envolve:

- a) as inter-relações entre os diversos atores envolvidos e o insulamento burocrático para garantir a eficácia e a racionalidade das políticas públicas.
- b) predomínio das relações entre os poderes, sobretudo, no processo decisório de escolha das políticas públicas.
- c) as condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder de Estado.
- d) as relações entre os poderes, além do sistema de intermediação de interesses.
- e) os padrões de articulação e cooperação entre atores públicos e privados.

**11.** A gestão pública, nas últimas décadas, institucionalizou seu processo de avaliação, que identifica critérios, indicadores e padrões. Os critérios constituem mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos. Acerca dos principais critérios utilizados para avaliação de políticas públicas e da gestão pública, escolha a alternativa correta.

- a) A equidade verifica a homogeneidade de distribuição de benefícios ou punições, levando-se em conta as características da partida.
- b) a eficiência administrativa trata da relação entre outputs e inputs.
- c) a economicidade refere-se ao nível de saídas de um processo.
- d) a produtividade refere-se ao nível de utilização dos recursos.
- e) a eficácia refere-se à geração de valor para a população.

**CONTROLE EXTERNO***Herbert Almeida*

**12.** Zelda é parlamentar do estado de Hylure. Buscando tornar o seu mandato lendário, a parlamentar apresentou proposta de emenda à Constituição com o objetivo de assegurar autonomia administrativa e financeira ao Ministério Público especial que funciona junto ao Tribunal de Contas (MPC). A emenda também definia que os membros do Ministério Público especial gozariam de autonomia funcional e independência no exercício de suas atribuições.

A proposta de emenda foi submetida à avaliação do setor competente para emissão de parecer. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as disposições da Constituição Federal, o setor encarregado da emissão do parecer deverá indicar que:

- a) A proposta é inconstitucional no que se refere à autonomia funcional e independência dos membros do MPC, que se subordinam diretamente ao Presidente do Tribunal de Contas.
- b) É constitucional a garantia de autonomia ao MPC e aos seus membros, uma vez que segue o modelo federal, aplicável, por simetria, aos demais entes da Federação.
- c) A proposta é inconstitucional no que se refere à autonomia administrativa e financeira ao MPC, devendo o Tribunal de Contas garantir os recursos humanos e financeiros necessários ao exercício das atribuições do Ministério Público especial.
- d) A proposta é constitucional no que se refere à autonomia administrativa e financeira ao MPC, sendo obrigatória a atribuição de quadro próprio de pessoal e autonomia para o MPC propor o seu próprio orçamento.
- e) No plano federal, o Ministério Público de Contas não possui autonomia administrativa ou financeira, mas cada estado da Federação pode dispor sobre a organização do respectivo MPC,

independentemente das disposições do modelo federal.

**13.** Ganon é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Paralelamente, Ganon foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Ganon era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Ganon, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsiste a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Caso as contas de governo e de gestão não sejam julgadas pelo Legislativo no prazo constitucional,

deverá prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas, por meio do julgamento fícto das contas municipais.

e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem competência para julgar as contas de governo e de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

**14.** Link é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e, em razão da sua didática e eloquência, foi convidado a ministrar palestras em nome de uma empresa concessionária de serviços públicos. Simultaneamente, Link também foi convidado para atuar no magistério em universidade pública e para ser dirigente em associação sem fins lucrativos, percebendo remunerações para o desempenho de todas essas atividades. Por fim, diante da repercussão de seus diálogos, Link também estuda a possibilidade de dedicar-se à atividade política.

Considerando a situação hipotética acima, é correto afirmar, nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco que Link poderá:

- a) dedicar-se à atividade político-partidária.
- b) celebrar contrato com a empresa concessionária de serviço público, desde que o contrato contenha cláusulas especiais, em razão da sua condição de conselheiro.
- c) exercer direção remunerada da fundação sem finalidades lucrativas.
- d) exercer, concomitantemente ao cargo de conselheiro, uma função de magistério.
- e) exercer, concomitantemente ao cargo de conselheiro, profissão liberal ou emprego particular.

**NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA***Marcondes Fortaleza*

**15.** Uma entidade do setor público apresentava as seguintes informações em relação ao seu orçamento:

- Receita prevista: R\$ 80.000
- Receita executada: R\$ 75.000
- Despesa fixada: R\$ 60.000
- Despesa empenhada: R\$ 62.000.

Assinale a opção que indica o resultado orçamentário da entidade no período.

- a) Déficit de R\$ 5.000.
- b) Déficit de R\$ 2.000.
- c) Superávit de R\$ 3.000.
- d) Superávit de R\$ 13.000.
- e) Superávit de R\$ 20.000.

**16.** Uma entidade do setor público contabilizou as seguintes receitas, no ano de 2024:

Amortização de empréstimos: R\$ 250.000;  
Impostos e taxas: R\$ 500.000;  
Operações de crédito: R\$ 120.000;  
De serviços: R\$ 400.000;  
Patrimonial: R\$ 300.000;  
Alienação de bens: R\$ 600.000.

Assinale a opção que indica o montante das receitas de capital da entidade em 2024.

- a) R\$ 900.000.
- b) R\$ 970.000.
- c) R\$ 1.150.000.
- d) R\$ 1.250.000.
- e) R\$ 1.270.000.

**17.** Uma entidade do setor público registrou em sua contabilidade os seguintes fatos, referentes ao exercício de 2024:

- Recebimento de receitas tributárias: R\$ 50.000
- Empenho de despesa: R\$ 45.000
- Liquidação de despesa corrente: R\$ 38.000

Com base apenas nesses fatos, os restos a pagar não processados são de:

- a) Zero.
- b) R\$ 5.000.
- c) R\$ 7.000.
- d) R\$ 38.000.
- e) R\$ 45.000.

**NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL***Emannuelle Gouveia*

**18.** Uma maneira alternativa de observar dados de uma ou mais entidades (tabelas), que compõem uma base de dados e que podem ser consideradas como uma tabela virtual ou uma consulta armazenada, é:

- a) Índice.
- b) View.
- c) Chave estrangeira.
- d) Chave primária.
- e) Chave Composta.

**19.** Analise as alternativas abaixo sobre Deduplicação e marque a alternativa correta sobre essa técnica.

- a) Utiliza a mesma técnica da compactação de dados.
- b) Deve ser utilizada para otimizar o armazenamento de dados ou uma transmissão.
- c) É uma técnica disponível apenas para pequenos volumes de dados.
- d) Identifica pedaços de textos redundantes e os replica no banco em diversas instâncias para facilitar a posterior recuperação.
- e) Analisa apenas registros individuais de dados estruturados.

- 20.** A orientação de não manter nenhum dado impresso ou anotado em papel, no meio físico, disponível para pessoas que têm acesso àquele ambiente — evitando papéis espalhados sobre a mesa, de modo que pessoas não autorizadas ou que não deveriam ter acesso a determinada informação não possam facilmente quebrar essa regra — é uma prática de segurança da informação chamada de:
- a) Prática da Mesa Limpa.
  - b) Prática do Cuidado Pessoal.
  - c) Prática do TOC.
  - d) Prática da Boa Vizinhança.
  - e) Prática da Não Acumulação.

## MÓDULO II CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO

### DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

- 21.** A respeito do controle externo da Administração Pública e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, especialmente no tocante à Súmula 347 do STF e à atuação dos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs), analise as afirmativas a seguir:
- I. A Súmula 347 do STF reconhece expressamente a possibilidade de controle de constitucionalidade das leis pelos Tribunais de Contas, mas não autoriza os TCEs a declararem inconstitucionalidade de lei com efeitos erga omnes e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública.
  - II. Os Tribunais de Contas dos Estados integram o Poder Judiciário e exercem controle jurisdicional de legalidade e mérito sobre os atos da administração estadual e municipal.
  - III. A jurisprudência do STF admite que os Tribunais de Contas determinem a suspensão de pagamentos administrativos com base em indícios de

ilegalidade, desde que respeitado o contraditório e a ampla defesa.

- IV. O STF tem entendimento consolidado de que os Tribunais de Contas não possuem competência para aplicar sanções diretamente a agentes privados contratados pela Administração Pública, ainda que tenham causado dano ao erário.
- V. O parecer dos Tribunais de Contas rejeitando contas de governo de Prefeitos não geram inelegibilidade, pois apenas o julgamento político realizado pela Câmara Municipal pode ensejar tal consequência, conforme jurisprudência recente do STF.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

- 22.** Sobre o controle de constitucionalidade previsto na Constituição Federal de 1988, no que se refere aos sistemas difuso e concentrado, e às ações diretas de controle concentrado (ADI, ADC e ADPF), assinale a alternativa correta:
- a) A decisão proferida no controle difuso de constitucionalidade produz efeitos vinculantes para todos os órgãos do Poder Judiciário e para a Administração Pública direta e indireta.
  - b) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) pode ser proposta contra ato do Poder Público, tanto os omissos quanto os comissivos.
  - c) A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tem por objeto exclusivamente normas municipais que contrariem normas da Constituição Federal.
  - d) A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) pode ser proposta por qualquer cidadão para garantir a presunção de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
  - e) No controle concentrado de constitucionalidade, exercido pelo Supremo Tribunal Federal, admite-se a atuação do Senado Federal para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional.

**23.** À luz da teoria do poder constituinte e da jurisprudência e doutrina constitucional brasileira, analise as proposições a seguir:

- I. O poder constituinte originário, por sua natureza, é inicial, autônomo, ilimitado juridicamente e incondicionado, manifestando-se na criação de uma nova ordem constitucional.
- II. O poder constituinte derivado reformador pode alterar qualquer dispositivo da Constituição, inclusive as cláusulas pétreas, desde que siga o procedimento formal previsto para emendas.
- III. O poder constituinte derivado decorrente confere autonomia organizacional aos Estados-membros, permitindo-lhes elaborar suas próprias Constituições, desde que respeitados os princípios da Constituição Federal.
- IV. O poder constituinte originário, ao instituir uma nova Constituição, encontra limites apenas nos tratados internacionais anteriormente ratificados e incorporados ao ordenamento interno.
- V. O poder constituinte derivado reformador possui limites formais, materiais, circunstanciais e procedimentais, conforme expressamente previstos no texto da Constituição Federal de 1988.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as proposições I, III e V estão corretas.
- b) Apenas as proposições II, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as proposições I, III, IV e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**24.** A respeito da aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) As normas constitucionais de eficácia plena dependem de regulamentação infraconstitucional para produzirem efeitos jurídicos.
- b) As normas de eficácia contida possuem aplicabilidade indireta e mediata, pois exigem norma infraconstitucional para se tornarem operacionais.
- c) As normas constitucionais programáticas são aquelas que estabelecem direitos subjetivos

plenamente exigíveis independentemente de regulamentação.

- d) As normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que, embora estejam em vigor, necessitam de complementação legislativa para produzir todos os seus efeitos.
- e) Toda norma constitucional, para produzir efeitos jurídicos, deve ser regulamentada por norma infraconstitucional específica.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

*Antônio Daud*

**25.** João e Antônio, servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado Beta, ao discutirem sobre aspectos gerais da “nova lei de licitações e contratos”, Lei 14.133/2021, afirmaram que:

- I. Superfaturamento representa o desalinhamento relevante entre o preço contratado e os preços referenciais de mercado.
- II. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, presumem-se inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração.
- III. No caso de obras e serviços de engenharia, deverá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, sem prejuízo das demais garantias legalmente exigíveis.

Está correto apenas o que os servidores afirmaram no(s) item(ns):

- a) I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) II e III.
- e) III.

**26.** Rosa, preparando-se para concurso público da área de controle, estudava sobre as regras do acordo de não persecução cível (ANPC), previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, tendo afirmado corretamente que:

- a) Será celebrado mediante oitiva obrigatória do Poder Judiciário.
- b) Dependerá de homologação judicial apenas se a celebração suceder o ajuizamento da ação por improbidade administrativa.
- c) Sua celebração considerará as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso.
- d) Permitirá a redução em até 10% do valor do dano causado ao erário.
- e) Não poderá ser celebrado após a prolação da sentença condenatória ou no momento da execução da sentença condenatória, em virtude da desconstituição da presunção de inocência em favor do condenado operada pelo respectivo trânsito em julgado.

**27.** Considerando as regras da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) é de 35 anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) autenticidade consiste na qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- c) informações que são de interesse público têm sua divulgação condicionada à solicitação formal.
- d) os pedidos de acesso à informação de interesse público imprescindem de motivação.
- e) Na impossibilidade de obtenção de cópias de documento delicado, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

**28.** Determinada rede de farmácias descumpriu regras previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sujeitando-se ao poder de polícia exercido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Neste caso, a referida rede NÃO estará sujeita à(ao):

- a) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.
- b) multa simples, de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 por infração.
- c) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.
- d) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 12 meses, prorrogável por igual período.
- e) proibição total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

**DIREITO FINANCEIRO***Leandro Ravelle*

**29.** O ciclo orçamentário é o conjunto de etapas que envolvem o planejamento, a elaboração, a apreciação legislativa, a execução, o controle e a avaliação das finanças públicas. Cada fase possui elementos técnicos, normativos e também políticos, refletindo a complexidade da gestão pública no Estado Democrático de Direito.

Com base nessa concepção, assinale a afirmativa correta:

- a) A execução orçamentária, por seguir fielmente o conteúdo da lei orçamentária aprovada, prescinde de qualquer tipo de discricionariedade administrativa ou controle técnico.
- b) A elaboração das leis orçamentárias exige o cumprimento de comandos jurídicos constitucionais e legais, mas também comporta deliberações políticas compatíveis com as diretrizes do plano de governo.
- c) A execução do orçamento é desvinculada da legalidade orçamentária, priorizando decisões de conveniência administrativa ao longo do exercício.
- d) A avaliação do orçamento público não integra o ciclo orçamentário, sendo considerada etapa eventual e independente do controle previsto na Constituição.
- e) O ciclo orçamentário limita-se à tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA), sem considerar o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias como instrumentos integrados.

**30.** Processo orçamentário é o conjunto das funções que envolvem a elaboração, a execução e o controle do orçamento público. Assinale afirmativa correta acerca do controle do orçamento público.

- a) Apenas os órgãos de controle oficiais podem acompanhar o processo orçamentário e identificar irregularidades.

b) Qualquer cidadão ou entidade pode aplicar sanções a agentes que transgridam as regras orçamentárias.

c) O Ministério Público não possui legitimidade para apresentar questionamentos sobre o processo orçamentário.

d) Os órgãos setoriais e as unidades orçamentárias responsáveis por arrecadar recursos públicos podem participar do processo de elaboração das reestimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União para o exercício corrente e das estimativas para o Projeto de Lei Orçamentária Anual do exercício subsequente.

e) As providências para a correção de irregularidades se restringem à fase de execução, não abrangendo a elaboração das leis orçamentárias.

**31.** A classificação da despesa pública pode considerar sua previsibilidade, distinguindo-se entre despesas ordinárias — aquelas decorrentes da rotina administrativa do Estado — e despesas extraordinárias — emergenciais, excepcionais e normalmente vinculadas a situações de imprevisibilidade ou urgência.

Com base nessa distinção, assinale a alternativa que apresenta um exemplo típico de despesa pública ordinária:

- a) Encargos financeiros decorrentes de operação de crédito contratada para atender a estado de calamidade pública.
- b) Construção de unidades habitacionais destinadas à população afetada por desastre natural súbito.
- c) Transferência de recursos para cobertura de déficit previdenciário apurado anualmente.
- d) Aquisição emergencial de insumos hospitalares em razão de surto epidemiológico não previsto na LDO.
- e) Liberação de créditos extraordinários para apoio às populações desalojadas por catástrofes.

**32.** Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF – 14<sup>a</sup> ed.), os Restos a Pagar devem ser evidenciados de forma detalhada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), publicado ao final de cada quadrimestre. Tais informações estão diretamente relacionadas à verificação da responsabilidade na gestão fiscal, sobretudo no que se refere ao cumprimento da regra de ouro, do resultado primário e da disponibilidade de caixa.

Com base nesses parâmetros, assinale a alternativa correta:

- a) O RGF deve consolidar os Restos a Pagar com base no total autorizado em orçamento, independentemente de empenho ou disponibilidade financeira no encerramento do exercício.
- b) O RGF apresenta os Restos a Pagar processados e não processados, além de evidenciar os montantes não inscritos por ausência de disponibilidade financeira ou por anulação de empenhos.
- c) O RGF apresenta os Restos a Pagar apenas quando efetivamente pagos no exercício seguinte, não sendo necessário demonstrar valores ainda pendentes de pagamento.
- d) O RGF deve excluir da apuração fiscal os valores liquidados e não pagos, pois seu pagamento já está assegurado com base no empenho original.
- e) O RGF é exclusivo para controle de metas de resultado nominal, não sendo utilizado para fins de apuração de restos a pagar ou análise de execução orçamentária.

## DIREITO CIVIL

*Cadu Carrilho*

**33.** A respeito da legislação a ser aplicada de acordo com a situação específica, marque a alternativa que está correta:

- a) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da

personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

- b) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto ao regime de bens e às formalidades da celebração.
- c) O casamento de brasileiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.
- d) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.
- e) O regime de bens, legal ou convencional, obedece sempre à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio.

**34.** Anderson aproveitou que seu desafeto Bernardo se mudou de país e começou a utilizar a imagem de Bernardo nas redes sociais de forma a atingir a boa fama e a honra que ele tinha na sua pequena cidade. Passado um tempo, descobriu-se que Bernardo faleceu, e Anderson continuou não poupando palavras que feriam a história e a respeitabilidade de Bernardo. Para requerer a proteção do direito de imagem no caso em tela, são considerados legitimados ativos para requerer essa proteção:

- a) cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- b) cônjuge sobrevivente, os ascendentes e os descendentes, apenas.
- c) a empresa dona da rede social e o administrador da página em que foi divulgado.
- d) ninguém, afinal, Bernardo morreu e não há mais esse direito.
- e) cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, qualquer colateral e amigos mais próximos.

**35.** A desconsideração da personalidade jurídica consta na nossa legislação e consiste em útil instrumento contra malfeiteiros no uso e abuso da personalidade jurídica. Com base no conceito e nas regras sobre a desconsideração, marque a opção correta:

- a) Não há previsão legal de desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- b) A existência de grupo econômico, por si só, autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- c) Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- d) Confusão patrimonial é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- e) Entende-se por desvio de finalidade a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.

**36. Sobre os bens:**

- a) Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local, e os materiais, provisoriamente separados de um prédio, para demolição.
- b) Os materiais destinados a alguma construção, mesmo depois de empregados, conservam sua qualidade de móveis; são bens consumíveis os provenientes da demolição de algum prédio.
- c) São consumíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade, e são fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- d) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes, ainda que, separadas do solo, mas

conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

- e) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

*Ricardo Torques*

**37.** Em mesa de debate sobre processo civil, os participantes discutiam sobre o denominado “processo estrutural” e a sua adoção ou não no nosso país. Um dos pontos centrais da discussão foi a respeito das características do processo estrutural. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que não apresenta uma dessas características:

- a) descontínuos
- b) coletivos
- c) multipolares
- d) complexos
- e) exigem adoção de políticas públicas para a implementação da decisão judicial

**38.** O Município X ajuizou ação indenizatória de regresso em desfavor do servidor Y, que teria causado danos ao erário. Após a apresentação de defesa, passou-se à fase instrutória, com a produção de prova documental, testemunhal e pericial. Na análise das provas dos autos, o juízo deve levar em consideração que:

- a) O juiz não poderá utilizar uma prova produzida por uma das partes em seu desfavor.
- b) Não se admite a utilização de provas emprestadas.
- c) É nula a prova produzida caso não esteja prevista no Código de Processo Civil.
- d) Os fatos notórios não dependem de provas.
- e) A distribuição dinâmica do ônus da prova por convenção pode recair sobre direito indisponível da parte.

**39.** Sobre a função jurisdicional, analise as afirmativas a seguir.

- I – Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.
- II – É admissível a ação meramente declaratória, desde que não tenha ocorrido a violação do direito.
- III – Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.

Está correto o que se afirma em

- a) I.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) III.
- e) I e III.

**40.** Mauro ajuizou ação de indenização em desfavor de Carlos, em virtude de desentendimentos políticos em redes sociais. Devidamente citado, Carlos apresentou a sua contestação. Dois anos depois do ajuizamento da ação, Mauro se arrependeu do ajuizamento da ação e pretende agora desistir do processo, tendo feito o pedido ao juízo após o saneamento do feito e antes da prolação da sentença. Considerando o caso narrado, é correto afirmar que:

- a) O pedido de desistência não poderá ser homologado pelo juízo, uma vez que o termo final para a sua apresentação é a decisão saneadora.
- b) Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
- c) A homologação da desistência é exemplo de decisão definitiva.
- d) O pedido de desistência não poderá ser homologado pelo juízo, uma vez que o termo final para a sua apresentação é o trânsito em julgado da sentença.
- e) Caso o juiz homologue a desistência e o réu recorra da sentença, não caberá juízo de retratação.

### MÓDULO III CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### AUDITORIA GOVERNAMENTAL

*Guilherme Santanna*

**41.** Segundo o Instituto Rui Barbosa (IRB), a “NBASP 12 – Valor e benefício dos tribunais de contas fazendo a diferença na vida dos cidadãos” é uma adaptação da INTOSAI-P 12- *The Value and Benefits of SAI- Making a difference to the lives of citizens* para o contexto institucional brasileiro, que foi incorporada à estrutura das NBASP em 2015.

O seguinte princípio previsto nessa norma deve ser observado pelas Cortes de Contas brasileiras:

- a) preservar a independência de seus membros e servidores, excluindo as garantias legais necessárias ao exercício normal das suas funções.
- b) prestar as informações solicitadas pelo Executivo sobre as auditorias realizadas e sobre seus resultados.
- c) basear-se no julgamento profissional independente e em uma análise concisa e objetiva.
- d) divulgar de forma ampla os relatórios de auditoria e os resultados de suas ações, inclusive em meio eletrônico, não se aplicando o sigilo das informações em nome da transparência.
- e) permitir ao auditado examinar o relatório preliminar de auditoria antes que ele seja tornado público, oportunizando ao gestor tomar conhecimento dos achados, conclusões e propostas.

**42.** A NBASP 9020 - Avaliação de políticas públicas oferece orientações detalhadas para a avaliação rigorosa e abrangente das políticas públicas, visando aprimorar sua eficácia e impacto na sociedade.

Nesse contexto, analise os itens a seguir:

I. Empresas de consultoria privada estão entre os atores que podem realizar avaliações de políticas públicas, desde que por requisição de tomador de decisões no setor público.

II. Uma entidade privada pode decidir realizar uma avaliação de política pública unicamente por demanda de uma autoridade pública (denominada de demandante).

III. Diferentemente de outras instituições públicas ou privadas, as EFS não precisam demonstrar sua objetividade nem comprovar sua independência do governo e de interesses privados.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

**43.** Sobre os critérios de auditoria utilizados nos trabalhos de auditoria de conformidade segundo a NBASP 400, assinale a opção correta.

- a) Critérios devem ser definidos previamente e podem incluir leis, regulamentos e códigos estabelecidos.
- b) Os critérios devem ser identificáveis e deve ser possível avaliá-los em relação ao objeto adequado.
- c) O objeto e os critérios podem ser definidos por lei ou no mandato da EFS, não podendo ser identificados pelo auditor.
- d) O uso de critérios de auditoria é dispensável nos casos de fiscalização direta.
- e) Critérios não precisam ser divulgados no relatório de auditoria.

**44.** A respeito das evidências de auditoria governamental, conforme as NBASP, assinale a opção incorreta.

- a) Devem ser suficientes e apropriadas para sustentar os achados.
- b) Podem ser obtidas por observação direta, entrevistas e análise documental.
- c) Constituem a base para a formação das conclusões de auditoria.
- d) Não precisam ser documentadas, desde que verbalmente relatadas.
- e) Podem incluir dados eletrônicos extraídos de sistemas informatizados.

**45.** Sobre os elementos que compõem os achados de auditoria, segundo a NBASP 300, assinale a alternativa correta.

- a) O critério não é necessário quando se identifica uma condição negativa.
- b) O efeito representa as consequências reais ou potenciais do desvio identificado.
- c) A causa corresponde ao que deveria ter ocorrido segundo a norma.
- d) A condição é o resultado desejado do processo auditado.
- e) Os achados são dispensáveis quando a auditoria for de natureza sumária.

**46.** De acordo com as diretrizes da ISSAI 100 sobre julgamento profissional, assinale a opção correta.

- a) O julgamento profissional pode ser dispensado nas auditorias com escopo restrito.
- b) O julgamento profissional é incompatível com auditorias baseadas em normas legais estritas.
- c) O julgamento profissional deve ser evitado para não comprometer a imparcialidade do auditor.
- d) O julgamento profissional é aplicável apenas na fase de elaboração do relatório.
- e) O julgamento profissional deve ser exercido com base na experiência, conhecimento e normas.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

**47.** Estudando sobre a margem de preferência prevista na Lei 14.133/2021, Irineu afirmou INCORRETAMENTE que:

- a) poderá ser estabelecida para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- b) por força do princípio do desenvolvimento nacional sustentável, poderá ser estabelecida para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
- c) poderá ser de até 10% (dez por cento), como regra geral, sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem nas hipóteses concessivas da margem de preferência.
- d) poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País.
- e) a margem aplica-se, por extensão, aos países de língua portuguesa em que haja reciprocidade de tratamento, limitada a 15%.

**48.** Assinale a alternativa que apresenta característica da Organização Social (Lei 9.637/1998):

- a) pertencer formalmente à Administração Pública.
- b) tratar-se de entidade privada, independentemente da existência de finalidade lucrativa.
- c) proibição de aceitação de novos associados, no caso de associação civil.
- d) comprovação de funcionamento de pelo menos 3 anos.
- e) participação obrigatória de representante do poder público no Conselho de Administração.

**49.** Em relação aos serviços públicos, assinale a alternativa INCORRETA considerando as disposições da Lei 8.987/1995 e os entendimentos recentes do Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) A outorga de subconcessão sempre será precedida de concorrência.
- b) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
- c) O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.
- d) No caso de transferência de concessão ou do controle societário da concessionária é obrigatória a realização de nova licitação.
- e) A transferência de concessão sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

**50.** Betânia é servidora efetiva do Estado Alfa e tem dúvidas sobre o regime de previdência social que lhe é aplicável. Assinale abaixo uma característica do regime previdenciário de Betânia:

- a) regime que alcança todos os ocupantes de cargos públicos.
- b) regime que alcança agentes públicos ocupantes de empregos públicos.
- c) a idade mínima para sua aposentadoria voluntária deverá ser estabelecida mediante emenda à Constituição Estadual, não lhe sendo aplicável obrigatoriamente o limite de 62 anos.
- d) sujeição a registro pelo tribunal de contas dos atos de concessão de aposentadoria, por se tratar de ato composto.
- e) impossibilidade de o regime alcançar agentes públicos exercentes de função de confiança.

51. Juan e Manoela, ao discutirem sobre o arranjo constitucional do Controle Externo, tiveram dúvidas sobre as competências do Tribunal de Contas da União (TCU).

Assinale a alternativa que NÃO apresenta corretamente competência do TCU:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio elaborado em sessenta dias.
- b) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, em qualquer situação, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- c) realizar, por iniciativa própria, auditorias nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- d) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, nos termos do tratado constitutivo.
- e) aplicar as sanções previstas em lei, incluindo multa proporcional ao dano causado ao erário.

52. No que se refere à duração dos contratos administrativos (Lei 14.133/2021), é correto afirmar que:

- a) É de no máximo 5 anos a vigência dos contratos de serviço continuado de operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.
- b) Terão a duração máxima de 35 anos os contratos de eficiência sem investimento.
- c) É vedado, em qualquer caso, o estabelecimento de contrato administrativo por prazo indeterminado.
- d) Os contratos de serviços contínuos terão duração de até 5 anos, embora possam ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal.
- e) Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência pode ser prorrogado, mas nunca de maneira automática.

## CONTABILIDADE GERAL

**Silvio Sande**

53. A Cia. Petrolina, em 31/12/2025, extraiu, a partir de seus sistemas contábeis, as seguintes informações:

Contas	Saldo (em R\$)
Custo dos produtos vendidos	5.000.000
Despesa de depreciação	120.000
Despesas de aluguéis	190.000
Despesas financeiras	110.000
Despesas de equivalência patrimonial	90.000
Dividendos distribuídos	100.000
Mão de obra e encargos trabalhistas	1.560.000
Materiais adquiridos de terceiros	140.000
Receita bruta	10.500.000
Receitas financeiras	450.000
Receitas de aluguel	300.000
Receitas de dividendos	150.000
Serviços de terceiros	700.000

Tendo em vista as informações apresentadas e o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) –, assinale a alternativa que indica o Valor Adicionado Recebido em Transferência referente ao exercício de 31/12/2025.

- a) R\$ 900.000
- b) R\$ 810.000
- c) R\$ 700.000
- d) R\$ 400.000
- e) R\$ 300.000

**54.** Em 01/12/2024, uma loja revendedora de bolsas tinha seu estoque avaliado em R\$2.400. Este, era composto por dez bolsas. Cada bolsa era vendida por R\$320,00, sendo que os vendedores recebem 20% como comissão de venda.

Em dezembro a loja passou a vender a bolsa por R\$200,00, mantendo a comissão de 20% aos vendedores. Não houve vendas de bolsas no mês.

Assinale a opção que indica o valor do estoque de bolsas em 31/12/24:

- a) R\$ 1.600
- b) R\$2.000
- c) R\$2.400
- d) R\$2.500
- e) R\$ 3.200

**55.** De acordo com a NBC TG- 03 que trata sobre a demonstração de fluxo de caixa, assinale a alternativa correta:

- a) Na elaboração da demonstração de fluxo de caixa pelo método direto, o resultado líquido do exercício é ajustado por itens que não afetam o caixa, como depreciação, ganhos de equivalência patrimonial e variações de contas a pagar e a receber.
- b) A compra e venda de imóveis, veículos e outros bens da espécie afeta o fluxo de caixa das atividades de investimento, seja qual for o tipo de entidade.
- c) O efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos em moeda estrangeira, deve ser classificado, na demonstração dos fluxos de caixa, como fluxos de caixa das atividades operacionais.
- d) A apuração dos fluxos de caixa pelo método indireto implica a realização de conciliação com os valores obtidos por meio do método direto.
- e) Os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento podem ser apresentados em bases líquidas, em situações específicas previstas nos normativos.

**56.** A Companhia S2 S.A. está fechando seu exercício social de 2021, e recebeu algumas informações do departamento fiscal:

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 600.000,00

Adições Temporárias: R\$ 60.000,00

Adições Definitivas: R\$ 40.000,00

Exclusões Temporárias: R\$ 20.000,00

Exclusões Definitivas: R\$ 100.000,00

Sabe-se que a alíquota do IRPJ/CSLL é de 34%. Sabe-se também que a entidade tem o direito legal de compensar os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Correntes, e os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Diferidos, conforme orientações do Pronunciamento Técnico CPC 32.

Sendo assim, qual é o total, em reais, a ser registrado como IR corrente e IR diferido, respectivamente, na Demonstração do Resultado apresentada pela Companhia?

- a) 183.600,00 e 20.400,00.
- b) 183.600,00 e 6.800,00.
- c) 197.200,00 e 6.800,00.
- d) 197.200,00 e 13.600,00.
- e) 217.600,00 e 13.600,00.

57. Uma empresa apresentou cinco processos trabalhistas, da mesma natureza, julgados contra ela por juízes diferentes, em que há chances de pagamentos das indenizações reclamadas.

A probabilidade de ocorrência dos desembolsos futuros é dada pela tabela a seguir:

Processos	Desembolso	Probabilidade de ocorrência
1	R\$ 75.000	10%
2	R\$ 50.000	60%
3	R\$ 12.000	15%
4	R\$ 96.000	55%
5	R\$ 51.000	90%

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que indica **corretamente** o valor a ser reconhecido como provisão no balanço patrimonial da entidade.

- a) R\$ 51.000.
- b) R\$ 101.000.
- c) R\$ 128.700.
- d) R\$ 197.000.
- e) R\$ 284.000.

## CONTABILIDADE PÚBLICA

*Gilmar Possati*

58. Acerca da relação entre passivo exigível e as etapas da execução orçamentária, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), analise as assertivas a seguir:

I – como se trata de um comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental, o empenho representa uma obrigação patrimonial de pagamento.

II – quando o fato gerador do passivo exigível ocorrer antes do empenho, ou entre o empenho e a liquidação, é necessário o registro de uma etapa

intermediária entre o empenho e a liquidação, chamada “empenho a liquidar”.

III – a liquidação da despesa consiste na verificação de um passivo exigível já existente.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

59. No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelas entidades do setor público é especializada, como, por exemplo, os ativos de infraestrutura. Acerca dos ativos de infraestrutura, analise as assertivas a seguir:

I – Para serem classificados como ativos de infraestrutura, esses ativos deverão ser partes de um sistema ou de uma rede, especializados por natureza e possuírem usos alternativos.

II – Considerando-se a sua natureza especializada dos ativos de infraestrutura, eles devem seguir bases de mensuração específicas, conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

III – Para os casos de reconhecimento inicial e para ajustes ou reclassificações em atendimento às novas práticas contábeis, não havendo nenhuma evidência disponível para determinar o valor de mercado devido a sua natureza especializada, o valor justo pode ser estimado usando-se o custo de reposição depreciado.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

**60.** O Município Audazes do Sertão está em processo de instalação de um parque de exposições que concentrará boa parte dos eventos culturais da região. Dentro desse processo, incorreu nos seguintes custos:

Custo da planta do parque de exposições: R\$ 5.000.000; Custo de manuseio: R\$ 400.000; Custo de preparação do local: R\$ 1.200.000; Honorários profissionais: R\$ 1.400.000; Custos administrativos: R\$ 400.000; Custos de desmontagem estimados a serem incorridos após 10 anos: R\$ 600.000; Perdas operacionais antes da inauguração do parque de exposições: R\$ 800.000.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, os custos que podem ser capitalizados totalizam:

- a) R\$ 7.400.000
- b) R\$ 8.200.000
- c) R\$ 8.600.000
- d) R\$ 9.800.000
- e) R\$ 11.600.000

**61.** No contexto do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a natureza de informação de controle:

- a) registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- b) registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.
- c) registra, processa e evidencia os fatos contábeis cujos efeitos possam produzir modificações imediatas no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- d) controla os registros de inscrição e execução de restos a pagar.
- e) controla os registros relacionados à dívida ativa e aos custos.

**62.** O Município Audazes dos Pampas, ao iniciar a implementação da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, depara-se com a necessidade de classificar corretamente diferentes fluxos e consumos de recursos. A equipe contábil está analisando os seguintes eventos ocorridos no último mês:

- I. O consumo de 500 litros de combustível pela frota de veículos utilizada nos serviços de coleta de lixo.
- II. O pagamento, no dia 25 do mês, da conta de telefone referente ao consumo do mês anterior, que já havia sido reconhecido como passivo.
- III. O consumo de uma remessa de vacinas por quebra acidental de um refrigerador em virtude de um pico de energia.

Considerando as definições e a contextualização apresentadas na NBC TSP 34, assinale a opção que indica corretamente como essas situações devem ser tratadas em relação ao sistema de custos do Município Audazes dos Pampas:

- a) O evento I é um custo; o evento II é apenas um desembolso, não afetando o custo; e o evento III é um gasto a ser registrado na Demonstração do Resultado.
- b) O evento I é um custo a ser apurado pelo regime de competência; o evento II representa um desembolso, sendo o consumo do telefone o custo; e o evento III é uma perda que não deve ser atribuída aos objetos de custos.
- c) Todos os três eventos (I, II e III) são considerados custos, pois representam consumo ou dispêndio de recursos pela entidade para suas atividades.
- d) O evento I é uma despesa; o evento II é um gasto; e o evento III é um custo indireto a ser alocado aos serviços de saúde.
- e) O evento I é um investimento; o evento II é um custo financeiro; e o evento III é uma perda, mas pode ser atribuída aos custos operacionais para fins de controle gerencial.

**63.** O Município Audazes dos Pampas, em sua gestão de recursos, realizou duas operações distintas relacionadas a seus estoques:

I. Recebeu, por meio de doação de uma organização não governamental, um lote de materiais de escritório destinados ao consumo interno de suas secretarias.

II. Adquiriu, mediante compra, um grande volume de cestas básicas para distribuição gratuita a famílias em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com a NBC TSP 04 – Estoques, como o Município Audazes dos Pampas deve mensurar inicialmente esses itens em suas demonstrações contábeis?

a) Ambos os itens (materiais de escritório e cestas básicas) devem ser mensurados pelo seu valor justo na data do recebimento.

b) Os materiais de escritório doados devem ser mensurados pelo valor justo na data do recebimento, e as cestas básicas pelo menor valor entre seu custo e o custo corrente de reposição.

c) Ambos os itens devem ser mensurados pelo seu custo de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

d) Os materiais de escritório doados devem ser mensurados pelo custo corrente de reposição, e as cestas básicas pelo seu custo de aquisição.

e) Os materiais de escritório doados não devem ser reconhecidos como estoque, pois não houve custo de aquisição, e as cestas básicas pelo valor realizável líquido.

b) contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral de Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico, às taxas e às receitas patrimoniais, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

c) contribuições sociais e às taxas e às receitas patrimoniais, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

d) contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral de Previdência Social, apenas.

e) impostos, taxas e multas.

**65.** O trabalho desenvolvido pela SOF, no cumprimento de sua missão institucional, tem sido norteado por um conjunto de competências legalmente estabelecidas. Acerca da classificação institucional do Governo Federal, assinale a alternativa correta.

a) A Advocacia-Geral da União, embora seja integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal como órgão setorial, não integra a lei orçamentária anual como órgão orçamentário.

b) As Unidades Orçamentárias (UOs), que integram o Sistema de Planejamento e Orçamento previsto em lei, ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e, também, no que couber, do respectivo órgão setorial.

c) O Órgão Orçamentário não se confunde com o Órgão Setorial, uma vez que aquele é o maior nível da classificação institucional e tem como papel agrupar as unidades orçamentárias, sendo, dessa forma, uma classificação da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais.

d) Órgão setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal corresponde, necessariamente, a um órgão orçamentário, bem como um órgão orçamentário a um órgão setorial.

e) Cada agência reguladora, bem como eventuais fundos a elas vinculados, deverá corresponder a um órgão específico do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal.

## DIREITO FINANCEIRO

*Leandro Ravelle*

**64.** São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às

a) contribuições sociais e às contribuições de intervenção no domínio econômico.

**66.** Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros que apresentam caráter temporário e não integram a LOA. O Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.

Constitui exemplo de despesa de natureza extraorçamentária, o pagamento relativo a

- a) contribuições ao regime geral de previdência e ao regime próprio dos servidores do ente.
- b) operações realizadas por fundos especiais de despesa instituídos por lei com contabilidade segregada.
- c) pagamentos de Salário-Família, Salário-Maternidade e Auxílio-Natalidade.
- d) serviço da dívida, salvo relativo a operações de antecipação de receita orçamentária.
- e) precatórios e requisições de pagamento de obrigações de pequeno valor decorrentes de condenações judiciais.

**67.** A origem é o detalhamento das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Assinale a alternativa que apresenta uma espécie de uma origem patrimonial.

- a) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais.
- b) Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais.
- c) Delegação dos Serviços de Saneamento Básico.
- d) Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal.
- e) Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS.

**68.** As duas formas de movimentação de recursos financeiros entre entes da Federação ou entre estes e entidades privadas ou consórcios públicos são: as transferências propriamente ditas; e delegações de execução orçamentária. Acerca das transferências, assinale a alternativa correta.

- a) Corresponde à entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas, com e sem fins lucrativos, que não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços ao transferidor.
- b) A entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações é responsabilidade ou competência do ente repassador.
- c) Os bens ou serviços gerados ou adquiridos com a aplicação desses recursos pertencem ou se incorporam ao patrimônio de quem os entrega, ou seja, do transferidor.
- d) Os entes utilizarão a modalidade de aplicação 92, quando forem aplicar os recursos financeiros recebidos mediante as modalidades de aplicação 22, 32 e 42.
- e) Materializa-se em situações em que o recebedor executa ações em nome do transferidor.

**69.** O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada sobre a possibilidade de controle abstrato de constitucionalidade de leis orçamentárias, mesmo quando contenham conteúdo predominantemente concreto. A partir dessa premissa e considerando os fundamentos do Direito Financeiro, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei Orçamentária Anual (LOA) não pode ser objeto de ação direta de constitucionalidade, pois sua eficácia se exaure com o fim do exercício financeiro.
- b) O controle abstrato de constitucionalidade das leis orçamentárias é restrito à verificação de vícios formais, pois o conteúdo material não pode ser analisado judicialmente.
- c) A Lei Orçamentária Anual pode ser objeto de controle concentrado, desde que contenha normas que suscitem controvérsia constitucional.
- d) Leis orçamentárias não possuem normatividade suficiente para ensejar controle concentrado, sendo vedado ao STF examiná-las sob esse aspecto.
- e) A possibilidade de controle concentrado das leis orçamentárias depende de sua submissão prévia ao crivo do Tribunal de Contas competente, conforme prevê o art. 71 da Constituição Federal.

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL

*Priscila Silveira*

**70.** Carlos ocupa o cargo de chefe do setor de recursos humanos na Superintendência da Polícia Civil de um estado da federação. Por complacência, deixou de adotar providências contra um servidor subordinado que praticou uma infração funcional.

Com base nos seus conhecimentos sobre os crimes praticados contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Carlos praticou o crime de condiscernência criminosa.
- b) Carlos praticou o crime de excesso de exação.

c) Carlos praticou o crime de advocacia administrativa.

d) Carlos praticou o crime de corrupção passiva.

e) Carlos praticou o crime de concussão.

**71.** Um indivíduo falsifica um cartão bancário com função de crédito e débito. Considerando apenas o ato da falsificação em si, sem avaliar eventuais delitos subsequentes, tal conduta corresponde ao crime de:

a) Falsidade ideológica.

b) Moeda falsa.

c) Falsificação de documento público.

d) Falsificação de documento particular.

e) Falsificação de selo ou sinal público.

## NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

*Fernando Maurício*

**72.** A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I - Um tributo é considerado extrafiscal quando a lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

II - Em regra, é vedada a destinação do produto da arrecadação dos impostos a órgão, fundo ou despesa.

III - Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

a) II.

b) I e II.

c) II e III.

d) I, II e III.

e) I.

**73.** A Igreja Batista de Recife/PE alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado, XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

**74.** Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I - A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II - Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III - Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.

- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

## NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

*Rubens Maurício*

**75.** Beatriz trabalha como locutora em uma rádio local em sua cidade, tendo iniciado suas atividades remuneradas em agosto de 2024. Em abril de 2025, logra aprovação em concurso público para o cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, iniciando suas atividades como servidora pública em junho do mesmo ano. Diante do cenário hipotético apresentado, Beatriz terá direito à aposentadoria voluntária com a idade de:

- a) 55 anos.
- b) 57 anos.
- c) 60 anos.
- d) 62 anos.
- e) 65 anos.

**76.** Marinalva, servidora pública efetiva no estado de Pernambuco há 16 anos, mora com seu marido Roserval, de 45 anos, e com seu filho Enzo, de 15 anos. Assinale a opção que apresenta o benefício que não é de oferta obrigatória por parte do respectivo Regime Próprio de Previdência Social ao qual Marinalva está vinculada:

- a) Aposentadoria Programada.
- b) Aposentadoria por Incapacidade Permanente.
- c) Pensão ao cônjuge.
- d) Pensão ao filho.
- e) Salário-maternidade.

**77.** São segurados obrigatórios do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Pernambuco:

- a) os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão.
- b) todos os empregados públicos do estado.
- c) os empregados públicos de órgãos e entidades dos Poderes Executivo e Legislativo do estado.
- d) somente os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos de órgãos e entidades dos Poderes do estado.
- e) os servidores ocupantes de cargos temporários.

## NOÇÕES DE AVALIAÇÃO ATUARIAL

*Gustavo Carrozini e Francisco Barreto*

**78.** Relativamente à Nota Técnica Atuarial e sua utilização nos Regimes Próprios de Previdência Social, assinale a resposta correta.

- a) A NTA deverá ser distinta por Fundo em Repartição e Fundo em Capitalização, em caso de segregação da massa, em caso de extinção de RPPS, para a massa de beneficiários do RPPS sob responsabilidade financeira direta do Tesouro e para os Sistemas de Proteção Social dos Militares - SPSM dos Estados e Distrito Federal.
- b) Deverão ser apresentadas a metodologia e as expressões de cálculo para a compensação financeira a receber segregadas por benefícios concedidos e a conceder, mas, para a compensação financeira a pagar, exige-se apenas quanto aos benefícios a conceder.
- c) A NTA deverá ser encaminhada à SPREV até 30 dias do envio do DRAA relativo à avaliação atuarial nela fundamentada.
- d) Nota Técnica Atuarial é o documento político elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS.
- e) Nota Técnica Atuarial contém todas as formulações e expressões de cálculo utilizadas nas avaliações atuariais do regime, relativas às alíquotas de contribuição, sem os encargos do plano de benefícios.

**79.** Sobre o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), é correto afirmar que:

- a) Substitui a Avaliação Atuarial em processos de auditoria.
- b) Não pode ser divulgado em formato público.
- c) É o documento exclusivo que apresenta os principais resultados da avaliação atuarial de um RPPS.
- d) Deve conter, obrigatoriamente, parecer do Tribunal de Contas.
- e) É elaborado semestralmente.

**80.** Considerando o disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022 e no conteúdo da Nota Técnica Atuarial (NTA), assinale a alternativa que apresenta corretamente uma exigência relacionada às premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial do RPPS.

- a) A NTA pode deixar de explicitar as tábuas biométricas adotadas, desde que mencione a taxa de juros atuarial aplicada.
- b) As premissas econômicas podem ser alteradas anualmente, desde que autorizadas previamente pelo Conselho Deliberativo do RPPS, sem necessidade de justificativa técnica.
- c) A escolha das hipóteses atuariais deve basear-se exclusivamente em dados demográficos nacionais, desconsiderando a massa de segurados específica do RPPS.
- d) A NTA deve conter critérios e metodologias para definição das premissas atuariais, incluindo tábuas de mortalidade, entrada em invalidez, rotatividade e composição familiar.
- e) As premissas adotadas devem seguir, obrigatoriamente, os parâmetros do RGPS, independentemente das características da massa segurada do RPPS.

## Discursiva

A Controladoria Geral do Município X identificou falhas na integração dos instrumentos de planejamento e orçamento, comprometendo a eficiência e a transparência na execução das políticas públicas. Entre os problemas, estão a incoerência entre os programas do PPA e as diretrizes da LDO, a falta de critérios objetivos para a limitação de empenho e inconsistências no orçamento da seguridade social. A equipe de auditores foi designada para elaborar um parecer técnico com soluções para assegurar a coerência e a integração entre o PPA, a LDO e a LOA.

Tendo por base a situação hipotética apresentada, responda aos seguintes tópicos:

1. Descreva os principais objetivos e a estrutura do PPA e sua relevância para o alinhamento das políticas públicas;
2. Explique o papel da LDO na integração do planejamento orçamentário, destacando os anexos de metas fiscais e riscos fiscais;
3. Proponha como a estrutura da LOA pode ser aperfeiçoada para promover maior controle e eficiência no uso dos recursos.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>